PESQUISA - FADIR

**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: INSTITUCIONALIZAÇÃO E
MUDANÇAS PELOS MEMBROS NO PERÍODO DE 2005 A 2006, SOB A
PRESIDÊNCIA DE NELSON JOBIM.**

Bruno Felipe Lima (lima.felipe.ba@gmail.com)

Douglas Policarpo (douglaspolcarpo@ufgd.edu.br)

A pesquisa estuda a função do CNJ como órgão de controle interno do Judiciário, como foi estabelecido pela Emenda Constitucional 45/2004, assim como as resoluções e medidas importantes tomadas para otimizar o funcionamento do sistema de justiça. Ainda, examina a atuação do ministro Nelson Jobim foi fundamental para a criação do CNJ, no período de sua presidência foi formada a primeira gestão do órgão e seu novo regimento interno. Baseia-se na aproximação da teoria neoinstitucionalista, que se configura como as ações institucionais refletirem o querer pessoal, assim como medidas que visem o melhor interesse do grupo em que a ação institucional se destina. A presente pesquisa busca ampliar a discussão em relação à institucionalização e apontar como se deu a implementação do CNJ após sua criação. Compreender a institucionalização do CNJ e as motivações e interesses por trás da criação, consolidação e mudanças que ocorreram, com foco no papel de Nelson Jobim, como primeiro presidente do Conselho no período de 2005 a 2006. Ao usar a ideia de neoinstitucionalismo, o objetivo é descobrir de forma objetiva como as relações políticas influenciaram as decisões tomadas e a trajetória do CNJ. Revisão bibliográfica exploratória, com base em documentos oficiais, artigos científicos e entrevistas; além de

diagnóstico de discursos por eles proferidos, apoiando-se na abordagem qualitativa, com base na teoria neoinstitucionalista (centrada nos atores enquanto sujeitos com autoridade para iniciar políticas), para deduzir (hipotético-dedutivo) as repercussões junto ao própria CNJ e nos diversos órgãos do Judiciário. Até agora, como resultado verifica-se a a importância das mudanças institucionais promovidas pelo então Presidente Nelson Jobim e seu impacto no próprio CNJ e, por consequência no sistema judiciário como um todo. Ainda, referido Conselho, tem atendido seus objetivos identificados quando de sua criação, ou seja, em promover a transparência e a eficiência, desempenhando papel crucial na modernização do Judiciário. Conclui-se que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é essencial para promover a eficiência, controle, transparência e integridade do sistema judiciário brasileiro. Durante a gestão de Nelson Jobim, buscou-se a implementação e consolidação do órgão, seu regimento interno e mecanismos de controle e fiscalização interna do Poder Judiciário. A participação da sociedade civil e da comunidade jurídica nas discussões da criação e consolidação notou-se essencial para sua legitimação, papel que também busca-se difundir com a presente pesquisa, junto a parcela da comunidade acadêmica.

AGRADECIMENTOS: Agradeço a UFGD e ao CNPQ pela bolsa concedida, a qual viabilizou esta pesquisa.

Palavras-chave: conselho nacional de justiça; alterações institucionais; período 2005-2006.